



206

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: **174654-7**

Apelante: **Edward Lira Cavalcanti Junior**

Apelada: **Credicard Mastercard S/A – Administradora de Cartões de Crédito e SERASA – Centralização de Serviços de Bancos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

EMENTA – PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA COM PRECEITO COMINATÓRIO, CUMULADA COM PERDAS E DANOS. CARTÃO DE CRÉDITO CLONADO. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO CONSUMIDOR PELA SERASA. SÚMULA 359 DO STJ. EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA. CONVERSÃO DA QUANTIA DA INDENIZAÇÃO PARA UM VALOR FIXO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O autor, cliente da Administradora de cartões Credicard Mastercard S/A, teve o cartão de crédito clonado, ocorrendo a sua restrição creditícia.
2. Em consonância com o artigo 14, do CDC, a inscrição indevida na SERASA é suficiente para gerar a obrigação de indenizar - responsabilidade objetiva. Precedentes.
3. Apelação da SERASA. Exclusão da responsabilidade do arquivista, devido a comunicação prévia ao consumidor, tendo agido no exercício regular de um direito, em consonância com a Súmula 359 do STJ.
4. Em relação à Credicard, responde nos termos do art. 14 do CDC, já que fornece as informações ao banco de dados. Precedentes.
5. No que concerne ao *quantum* indenizatório, fixação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), tendo em vista as peculiaridades do caso, restando presentes os pressupostos da responsabilidade civil, tanto em sua nuance reparadora quanto em seu efeito pedagógico.
6. Por fim, condenação do autor e da Credicard no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, proporcionalmente distribuídos e compensados em razão da sucumbência recíproca.
7. Decisão unânime.

R
5499

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 174654-7, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso da SERASA, a fim de afastar a sua responsabilidade pela Inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes, bem como, igualmente sem discrepância, em dar provimento ao recurso de Edward Lira Cavalcanti Junior para fixar o valor indenizatório em R\$20.000,00 (vinte mil reais), além de negar seguimento ao recurso adesivo da Credicard, nos termos do voto do Relator.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



207

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: **174654-7**

Apelante: **Edward Lira Cavalcanti Junior**

Apelada: **Credicard Mastercard S/A – Administradora de Cartões de Crédito e SERASA – Centralização de Serviços de Bancos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Trata-se de Apelação Cível interposta contra decisão do juiz da 21ª Vara Cível da Comarca de Recife - PE, proferida nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA COM PRECEITO COMINATÓRIO, CUMULADA COM PERDAS E DANOS, que julgou parcialmente procedente o pedido de **Edward Lira Cavalcanti Junior** e condenou **Credicard Mastercard S/A – Administradora de Cartões de Crédito e SERASA – Centralização de Serviços de Bancos** ao pagamento de 30 (trinta) salários mínimos a título de danos morais, acrescido de juros de mora (0,5% ao mês) desde a citação.

Na peça exordial, o demandante/apelante narra que ocorreu a inclusão do seu nome, indevidamente e sem notificação prévia, no cadastro de inadimplentes, por um suposto débito que adquiriu com a administradora de cartões, no valor de R\$ 224,70 (duzentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

Alega sua condição de cliente da Empresa Administradora de cartões há muitos anos, sempre quitando pontualmente seus débitos, no entanto teve seu cartão clonado, recebendo, em consequência, a cobrança de uma conta cuja despesa jamais efetuou.

Embora comunicando o fato à Credicard Mastercard S/A, não obteve êxito em livrar-se da cobrança, ressaltando que o cartão possui seguro contra roubo.

A decisão do magistrado de primeiro grau acolheu em parte o pedido da inicial e reconheceu o registro irregular do nome do suplicante na SERASA.

Na irresignação recursal do autor, o apelante sustenta ser o valor da condenação em 30 (trinta) salários mínimos irrisório, por isso requereu a alteração do *quantum* indenizatório acrescido do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, tendo em vista a omissão do *decisum* recorrido nos comentários sucumbenciais.

Contra-razões da SERASA às fls. 187/192 e da Credicard às fls. 217/225. Esta levanta, preliminarmente, o não conhecimento da pretensão

de arbitramento de honorários e de reembolso das custas processuais, haja vista ser o recurso para tal finalidade o de embargos de declaração.

No mérito, refuta as questões argüidas pela empresa e pugna pelo improvimento do apelo.

A SERASA também recorreu. Na sua apelação, pugna pelo afastamento da indenização por danos morais e alega ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo, vez que "tanto a inclusão quanto a exclusão do nome do apelado (autor) é dependente de comando do credor".

Contra-razões do suplicante às fls. 195/203.

No recurso adesivo às fls. 207/215, a Credicard aduz a exclusão de sua responsabilidade, tendo em vista que todo o transtorno, no caso, decorre de clonagem do cartão – ato ilícito de terceiro.

É o relatório, no essencial.

À douta revisão.

Recife, 18 de Agosto de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



209
TJPE
Fls. 276

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: **174654-7**

Apelante: **Edward Lira Cavalcanti Junior**

Apelada: **Credicard Mastercard S/A – Administradora de
Cartões de Crédito e SERASA – Centralização de
Serviços de Bancos**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

Estão presentes os pressupostos recursais, razão pela qual adentro ao mérito da contenda.

Inicialmente aprecio a argumentação intitulada como preliminar, apresentada pela CREDICARD no sentido de não se conhecer da pretensão de arbitramento de honorários e reembolso das custas processuais. Alega ser o recurso para tal finalidade, devido a omissão da sentença, o de embargos de declaração.

Não merece prosperar o pedido em relevo. Em conformidade com o art. 20, §1, do CPC, ao decidir qualquer incidente ou recurso, o magistrado condenará o vencido nas despesas.

Verificamos, inclusive, por meio de diversos julgados, a possibilidade de modificar o valor dos honorários e das custas processuais em sede de apelação, a saber:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO DE VALOR. POSSIBILIDADE.- Inexistindo apreciação de mérito em virtude do abandono da causa pelo autor, impõe-se que seja condenado ao adimplemento do ônus da sucumbência e, por conseguinte, aos honorários advocatícios;- Na fixação destes valores e, inexistindo condenação, deve-se levar em conta os fundamentos do disposto no art. 20, §4º do Código de Processo Civil;- Alguns fatores tem relevo, na apreciação deste recurso e, por conseguinte, na fixação dos honorários. Primeiro, o que deu fim à causa foi o seu abandono pelo autor; e não os argumentos jurídicos trazidos pelo Estado de Pernambuco. Segundo, impende ressaltar que a causa afigura-se de reduzidos valor e complexidade;- Considerando todos esses fatores, o acórdão foi lavrado no sentido de dar provimento à apelação cível interposta pelo Estado de Pernambuco, para em seu prol fixar, a títulos de honorários advocatícios, o importe de R\$ 300,00. (Apelação Cível Nº 68299-7 - Relator Acórdão: Luiz Carlos Figueirêdo - Data Julg. 7/4/2009). (Grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. SUPRESSÃO TEMPORÁRIA DO LIMITE. PRÉVIO AVISO. DANO MORAL. INEXISTENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO A PATAMARES RAZOÁVEIS (ART. 20, §4º DO CPC). APELO PARCIALMENTE PROVIDO. O contrato de cartão de crédito pressupõe uma relação de confiança entre as partes, sendo o limite inicial de crédito concedido pela administradora do cartão definido com base no poder aquisitivo do consumidor, a ser constatado em seu comprovante de rendimentos. Referido limite oscila, para mais ou para menos, a depender da capacidade de pagamento mensal do cliente, considerando sua postura no que concerne às compras e pagamentos realizados, a exemplo da pontualidade ou não na quitação das faturas, assim como à importância efetivamente adimplida. Inexiste similitude entre o serviço de contrato de cartão de crédito

e o contrato de seguro, porquanto neste, são presumíveis os riscos, sendo vedado o cancelamento unilateral ou a restrição posterior de algum serviço em nome do desequilíbrio contratual, eis que o risco é inerente a natureza e finalidade do contrato (art. 757, CC/2002). A jurisprudência pátria comunga do entendimento de que somente ocorre falha na prestação do serviço quando a empresa administradora de cartão de crédito deixa de comunicar previamente ao consumidor o cancelamento ou a restrição do seu limite, que inesperadamente vê-se impossibilitado de usufruir as vantagens proporcionadas pelo uso do limite de crédito outrora disponibilizado. Em outras palavras: é possível a redução unilateral do limite do cartão de crédito do contratante, desde que previamente comunicado. A imputação dos danos morais carece da comprovação de ter o requerente sofrido efetivo abalo à honra ou passado por situação de dor, sofrimento ou humilhação, sob pena de banalizar o instituto. A razoabilidade, aliada aos princípios da equidade e proporcionalidade, deve pautar o arbitramento dos honorários. A verba honorária deve representar um quantum que valora a dignidade do trabalho do advogado, e não locupletamento ilícito. (AgRg no REsp 1063696/PR). Assim, considerando as peculiaridades do caso vertente e tendo em vista o princípio da equidade, cabível a redução dos honorários advocatícios a patamares mais adequados (art. 20, 54º do CPC). (Apelação Cível Nº 164819-5 - Relator Acórdão: Eduardo Augusto Paiva Peres - Data Julg. 16/4/2009). (Grifei).

Assim, além do pagamento das custas processuais, ficam arbitrados os honorários advocatícios em 15% (quinze por cento), reciprocamente compartilhados entre autor e a Credicard diante da sucumbência recíproca (o demandante pugnou também por danos materiais inadmitidos).

Outrossim, a celeuma gira em torno da reparação por danos morais ao demandante em virtude da permanência injustificada do seu nome no cadastro de inadimplentes.

O Código de Defesa do Consumidor, no dispositivo 14, disciplina a responsabilidade por danos causados aos consumidores em decorrência de prestação de serviços defeituosos, bem como por informação insuficiente e inadequada.

O caput do mencionado art. 14 do CDC estabelece: "O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

No caso em tela, o apelante era cliente há muitos anos da Administradora de cartões Credicard Mastercard S/A, pagando pontualmente suas dívidas. Teve seu cartão de crédito clonado, ocorrendo uma indevida restrição creditícia.

Mister asseverar, inclusive, que a simples inscrição indevida na SERASA é suficiente para gerar a obrigação de indenizar - responsabilidade objetiva. *In casu*, aplica-se o artigo transcrito do CDC.

Caminha remansosa a jurisprudência nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DO NOME EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. OUTRAS INSCRIÇÕES NEGATIVAS. REDUÇÃO.

1. O Tribunal a quo julgou restar demonstrado a conduta ilícita do recorrente e a

211

caracterização dos danos morais: "a manutenção do nome do apelado em cadastros restritivos de crédito, de forma irregular, após ter adimplido suas obrigações, é suficiente a causar o dano moral (...) vislumbra-se, pois, os requisitos ensejadores da condenação do Apelante ao pagamento de indenização por danos morais" (Acórdão, fls. 267).

2. Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de manutenção indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, "independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento". Precedentes.

3. Ademais, rever tais conclusões, demandaria reexame de provas analisadas nas instâncias ordinárias. Óbice da Súmula 07/STJ. Precedentes.

4. O valor da indenização fixado pelo Tribunal em C\$29.175,00, correspondente a 25 vezes a importância do cheque (R\$1.167,00) que ensejou a inscrição e manutenção do nome do autor, mostra-se excessivo, não se limitando à compensação dos prejuízos advindos do fato danoso.

5. A comprovada ocorrência de outros apontamentos negativos em nome do recorrido, inobstante não excluir a indenização, dado o reconhecimento da lesão, deve, necessariamente, ser sopesada na fixação do montante reparatório. Precedentes desta Corte.

6. Assegurando ao lesado justa reparação, sem incorrer em enriquecimento indevido, reduz o valor indenizatório, fixando-o em R\$2.000,00 (dois mil reais).

7. Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

(REsp 705.371/AL, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 11/12/2006 p. 364). (Grifei).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NA SERASA. REVISÃO DA PROVA. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO.

I - Inexiste a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil, porquanto as questões foram todas apreciadas pelo acórdão impugnado, naquilo que pareceu ao colegiado julgador pertinente à apreciação do recurso, com análise e avaliação dos elementos de convicção carreados para os autos.

II - A exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida no cadastro da SERASA.

III - Em âmbito de recurso especial não há campo para se revisar entendimento assentado em provas, conforme está sedimentado no enunciado 7 da Súmula desta Corte.

IV - É possível a intervenção desta Corte para reduzir ou aumentar o valor indenizatório por dano moral apenas nos casos em que o quantum arbitrado pelo acórdão recorrido se mostre irrisório ou exagerado, situação que não ocorreu no caso concreto. Agravo improvido.

(AgRg no Ag 827358/MA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 12/02/2009). (Grifei).

Portanto, o pedido de natureza moral restou comprovado, tendo em vista que a restrição em tela, conforme documentação às fls. 126, perdurou por aproximadamente 9 (nove) meses - de 07/12/1998 à 26/08/1999 -, sendo capaz de provocar sentimentos constrangedores, com lesão à esfera da personalidade do lesado, portanto repercutindo na esfera da dignidade da vítima, causando-lhe aflição e sofrimento psicológico.

No entanto, percebe-se às fls. 61/63 que ocorreu a comunicação prévia ao consumidor, tendo agido o arquivista no exercício regular de um direito, em consonância com a Súmula 359 do STJ que assim estabelece: "cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição".

Com efeito, há exclusão da responsabilidade da Serasa no caso em relevo.

Em relação à Credicard, responde nos termos do art. 14 do CDC, já que fornece as informações ao banco de dados. Vejamos decisão do STJ nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO NO SERASA. INFORMAÇÕES INCORRETAS PRESTADAS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO ÓRGÃO CADASTRADOR. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA EFETUADA. COMPROVAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE INFRINGÊNCIA AO ART. 43, § 2º, DO CDC.

1. O Tribunal a quo, mantendo a sentença singular, concluiu pela total responsabilidade da instituição financeira, Losango Promotora de Vendas Ltda. (documento de fls. 60) nas informações incorretas por ela fornecidas ao SERASA, contendo número do CPF da autora, vinculado ao nome e endereço de uma terceira pessoa.

2. Não ocorreu a alegada infringência ao artigo 43, § 2º, do CDC.

Como demonstraram as instâncias ordinárias, os documentos de fls. 61/62 comprovam que o SERASA, ora recorrido, remeteu devidamente as comunicações relativas à inscrição negativa do interessado, de acordo com os dados existentes em seu cadastro, fornecidos pela instituição financeira: "Desse modo, agiu o réu no exercício regular de sua atividade". (Acórdão, fls. 287).

3. A inversão da convicção firmada pelo Tribunal a quo demandaria reexame de fatos e provas, vedado pelo enunciado sumular nº 07 desta Corte.

4. Recurso não conhecido.

(REsp 714.196/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 13/02/2007, DJ 12/03/2007 p. 239). (Grifei).

Diante do expendido, é notório o vínculo entre a ação e o dano moral.

Destarte, a responsabilidade de indenizar da administradora de cartões de crédito é inafastável, em consonância com o dispositivo 5º, incisos V e X, da Constituição da República, o artigo 927, do Código Civil, e os artigos 6º, inciso VI, e 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Quanto ao *quantum* indenizatório, foi estabelecido na decisão de primeiro grau a importância de 30 (trinta) salários mínimos.

Entretanto, a jurisprudência é assente no entendimento de que a indenização deve ser em valor fixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. CONVERSÃO DA QUANTIA ORIGINALMENTE FIXADA EM SALÁRIOS-MÍNIMOS EM VALOR FIXO. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. DISCUSSÃO EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. REVISÃO DE QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO POR DANOS MORAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Em primeiro lugar, é de se destacar que os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Lei Maior. Isso não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedente.

2. Em segundo lugar, não há que se falar em ocorrência de reformatio in pejus - em razão da conversão da quantia originalmente fixada em salários-mínimos a título de danos morais para um valor fixo (R\$ 5.000,00) -, uma vez que, como esclarecido pela origem no acórdão dos aclaratórios, a referida adequação deu-se em sede de reexame necessário. Precedente.

3. Em terceiro e último lugar, acerca da violação aos arts. 159 e 1.533 do CC/1916, cumpre frisar que o Superior Tribunal de Justiça só pode rever o quantum indenizatório fixado a títulos de danos morais em ações de responsabilidade civil quando configurada situação de anormalidade nos valores, para menos ou para mais. Precedentes.

4. No caso em tela (morte de colegas de universidade em acidente de trânsito), a quantia estipulada atende aos critérios de justiça e razoabilidade (R\$ 5.000,00 - cinco mil reais).

Portanto, reformar as decisões da origem esbarrariam no óbice da Súmula n. 7 desta Corte Superior.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1090799/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 01/07/2009). (Grifei).

Indenização. Dano moral. Inscrição em cadastro negativo. Prova do dano moral. Fixação do valor. Multa dos declaratórios. Precedentes da Corte.

1. Já assentou a Corte, em monótona jurisprudência, que provado o fato que gerou o dano moral, no caso, a inscrição indevida em cadastro negativo, impõe-se a condenação.

2. O controle da Corte sobre o valor do dano moral é imperativo para evitar abuso, excesso, o que não ocorre no presente caso.

3. Não é cabível a indenização por danos morais ser fixada em salários mínimos, devendo ser adotada a técnica do quantum fixo, como decidido em precedente desta Terceira Turma.

4. Configurado o recurso de embargos de declaração como procrastinatório, assim a pretensão de rever a decisão, não existente qualquer dos requisitos do art. 535 do Código de Processo Civil, a multa do art. 538, parágrafo único, do mesmo Código, é pertinente.

5. Recurso especial conhecido e provido, em parte.

(REsp 436.850/RO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2002, DJ 26/05/2003 p. 360). (Grifei).

ACÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA. CULPA DO CONSUMIDOR. NÃO OCORRÊNCIA. PAGAMENTO COM ATRASO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. OCORRÊNCIA. CORTE SEM AVISO PRÉVIO. IMPOSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS CARACTERIZADOS. DANO MATERIAL. PROVA. OCORRÊNCIA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RITO SUMÁRIO. OFENSA AO ART. 275, I, DO CPC. CONDENAÇÃO QUE EXCEDE O LIMITE IMPOSTO ÀS CAUSAS DE PROCEDIMENTO SUMÁRIO. OFENSA NÃO CARACTERIZADA. DANO MORAL QUANTUM DA FIXAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. VALOR EXCESSIVO. NÃO OCORRÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OCORRÊNCIA. 1. Restando comprovado que o consumidor não estava em débito de contas de energia elétrica, embora houvesse pagado algumas faturas com atraso, indevida a suspensão do serviço, não se cogitando em culpa do consumidor. 2. Ainda que houvesse fatura em atraso, o que não é hipótese, mesmo assim teria a concessionária comunicar previamente o corte. Não fazendo, mostra-se ilegítimo o corte. 3. Havendo corte de energia elétrica indevido, a concessionária responde pelos danos materiais e morais. No caso, o dano material resta comprovado pela nota do pedido e recibo de pagamento da compra de alimentos, em decorrência da suspensão de energia. Já o dano moral só se faz necessário a prova do fato tido como violador do preceito. 4. Não há violação ao art. 275, inc. I, do CPC, nos casos em que o autor busca o arbitramento por danos morais e o magistrado a fixa acima do valor estabelecido para o procedimento sumário. Precedentes do STJ. 5. Ao fixar o dano moral, deve o juiz levar em consideração à gravidade do fato tido como violador do preceito legal, bem como sua extensão e conseqüências, devendo fixar em valores razoáveis, a fim de não atingir o seu principal alcance, que é o de inibir a prática de atos ofensivos à dignidade humana. No caso, justifica-se o valor de R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais) não só levando em conta também a capacidade econômica da demandada como também a sua situação de ser uma das empresas campeãs em reclamações do consumidor. 7. Litiga de má-fé aquele que deduz pretensão ou defesa contra texto expresso em lei ou fato incontroverso e tenta alterar verdade dos fatos (art. 17, I e II, do CPC). Recurso de Apelação Improvido.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo apenas transformando a câmara os valores atinentes a salário mínimo em R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais), e ainda, por maioria de votos condenar o recorrente no valor de 1% (um por cento) sobre a condenação como litigante de má-fé, nos termos do voto do relator.

(Apelação Nº 178782-2 - Relator Acórdão: Francisco Manoel Tenório dos Santos - 4ª Câmara Cível - Data Julg. 11/12/2008). (Grifei).

Destaco, unicamente, em relação ao decisum, que ao fixar a reparação por danos morais, não observou a melhor técnica o julgador ao proceder a indexação da condenação ao piso salarial nacional, entendimento firme no âmbito do Pretório Excelso. Assim, em verdade, considerando o valor do salário mínimo da época da sentença, o valor da condenação é de

R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

(Apelação Cível Nº 70022613137, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 18/06/2008). (Grifei).

Assim, considerando que o salário mínimo em 25/09/2001, data da publicação da sentença no Diário Oficial, era de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), conforme o art. 1º da MP nº 2.194-5/2001, o valor da condenação seria R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais - 30 salários mínimos na época).

Outrossim, em se tratando de reparação por dano moral, o magistrado não está adstrito aos parâmetros quantitativos estabelecidos pela parte, havendo certa liberdade na fixação da indenização, que não se confunde com arbitrariedade. Deve o julgador estipular uma importância para amenizar o sofrimento do cliente, sem caracterizar um enriquecimento sem causa.

Nesse aspecto, entendo que a quantia arbitrada é de pequena monta para fazer frente à dor moral e psíquica sofrida pelo demandante (embora também o valor cobrado seja pequeno), considerando que a administradora de cartões de crédito comete um desleixe injustificável quando acusa indevidamente seus clientes de inadimplência.

Por essa razão, estabeleço o *quantum* em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), tendo em vista as peculiaridades do caso, restando presentes os pressupostos da responsabilidade civil, tanto em sua nuance reparadora quanto em seu efeito pedagógico e ainda considerando os precedentes desta Corte de Justiça. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INSCRIÇÃO EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO INDEVIDA - AUSÊNCIA DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO - DANO MORAL QUE DECORRE DA PRÓPRIA INSCRIÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - VALOR EXCESSIVO - REDUÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO - CONDENAÇÃO EM VALOR INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL - NÃO CABIMENTO DE SUCUMBÊNCIA RESCÍPROCA - SÚMULA Nº 326 DO STJ - APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. A permanência do nome da Apelada em órgão de proteção ao crédito em tela foi ilegal, devendo, pois, a SERASA e o BANCO CIDADE S/A responderem objetivamente por tal ilícito. Aquela, pela falta de comunicação da inclusão do nome da apelada em seu banco de dados, e este pelo ajuizamento de ação de execução contra a apelada em face de um débito que não lhe pertencia; 2. O dano moral decorre da própria inscrição do nome do devedor nos cadastros de restrição ao crédito, sem que fosse efetivada a prévia comunicação; 3. Os critérios estabelecidos no §3º do art. 20 do CPC são objetivos e devem ser sopesados pelo julgador na ocasião da fixação dos honorários. Diante da observância obrigatória de tais critérios, o percentual fixado de 20% se mostra razoável, já que a complexidade do caso em apreço se mostra elevada. Além do mais, exigiu do patrono da causa dedicação extrema a legitimar a fixação dos honorários no percentual máximo permitido pela legislação; 4. Com relação à distribuição dos honorários advocatícios, não merece reparo o entendimento esposado pelo juízo monocrático, posto que se mostra de acordo com a Súmula de nº 326 do Colendo Superior de Justiça. 5. Com relação ao valor atribuído pelo juízo monocrático à indenização, coerente se mostra a irresignação dos apelantes, posto afigurar-se demasiadamente elevado, face às circunstâncias do caso. Alie-se a isto, o fato de o valor arbitrado pela sentença não acompanhar os parâmetros delineados pela jurisprudência pátria. 6. Recurso provido parcialmente para reduzir o quantum indenizatório. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial a ambos os recursos de apelação, para reduzir o valor para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que deverá ser paga solidariamente pelos apelantes, com juros de mora a partir da citação e a correção a partir da data da

215
TJPE
282

sentença de 1º Grau, mantendo-se no mais o provimento judicial atacado, nos termos do voto do Desembargador Relator. (Apelação Cível Nº 140339-0 - Relator Acórdão: Bartolomeu Bueno - Data Julg. 20/12/2007).

Civil e Processual Civil - Apelação Cível - Ação de Indenização por Danos Morais - Inscrição de nome em cadastro de restrição ao crédito por emissão de cheque sem provisão de fundos, não emitidos pelo cliente do banco, autor da ação. Preliminar de Nulidade da decisão em face da impossibilidade de se apurar o quantum da compensação dos danos morais no processo de conhecimento - Ação de Indenização tem por objeto a verificação do dano, da culpa, da existência do nexo de causalidade entre eles e, caso verificado tais requisitos, a apuração da responsabilidade e quantificação da indenização exigível - Preliminar rejeitada - Decisão unânime. Mérito - Inscrição no SERASA por imputação de emissão de 30(trinta) cheques sem fundos - Calúnia, difamação e cobrança de credores suportados, quando a culpa do ato ilícito foi de um ex-empregado da instituição bancária que, indevidamente, emitiu tais cheques - o Empregador é o responsável pelos atos dos seus funcionários - Houve o dano, a culpa, configurado o nexo de causalidade. Aplica-se ao caso a responsabilidade objetiva - Fixação do quantum indenizatório - Redução do valor fixado na sentença - Ausência de pedido de danos materiais- Após considerações dos julgadores, arbitrados os danos morais em R\$ 20.000,00(vinte mil reais) - Fluência dos juros de mora a partir do evento danoso, no percentual de 6% (seis por cento) ao ano até 10 de janeiro de 2003 e, de 12%(doze por cento) ao ano a partir da vigência do Novo Código Civil. Correção monetária a partir da data da fixação definitiva do valor da condenação - Afastada a condenação por litigância de má-fé - Reduzido os honorários advocatícios ao percentual global de 20%(vinte por cento) sobre o valor da condenação - À unanimidade foi provido parcialmente o Recurso de Apelação do Banco apelante, restando prejudicado o recurso do autor. (Apelação Cível Nº 61820-4 - Relator Acórdão: Lúcio Grassi de Gouveia - Juiz de Direito - Data Julg. 14/8/2007).

Assim sendo, condeno o autor e a Credicard no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, proporcionalmente distribuídos e compensados em razão da sucumbência recíproca.

Posto isto, **concedo provimento** ao apelo da SERASA a fim de afastar a responsabilidade da mesma pela inclusão indevida do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes.

Em relação ao recurso apelatório de Edward Lira Cavalcanti Junior, **dou provimento** para majorar a indenização para o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) com juros de mora a partir do evento (Súmula nº 54 do STJ) e correção monetária a partir da data da decisão que fixou a indenização agora majorada.

Outrossim, **nego provimento** ao recurso adesivo da Credicard, posto a sua responsabilidade objetiva pela inscrição injustificada do nome do autor no banco de dados da SERASA.

É como voto.

Recife, 03 de dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

mpbwl